

O FEMINISMO “FEMININO” E A ESQUERDA NO BRASIL*

Ana Alice Costa

Introdução

A primeira fase do movimento feminista que se desenvolveu no Brasil, e que compreende o período que vai de fins do século passado – quando se dão as primeiras manifestações – até o Golpe Militar de 1964, assume características muito distintas do feminismo atual.

Nesse período, o movimento feminista brasileiro apresenta características que nos levariam a identificá-los mais com um movimento feminino do que feminista, já que o feminismo no sentido empregado aqui significa a luta por uma mudança mais radical na condição da mulher, uma mudança na própria divisão social do trabalho baseada no sexo.

Já o movimento feminino se limita a lutar por simples melhorias na condição da mulher, a partir de reformas jurídicas e políticas que possam garantir a igualdade entre os sexos, ou a simples organização das mulheres sem nenhuma perspectiva de mudança profunda na situação feminina. Caracteriza-se por não questionar o papel tradicional da mulher na sociedade como mãe e esposa e tenta tornar compatível o desempenho de tal função com a capacidade de desenvolver atividades políticas e profissionais.

Mesmo os grupos ou organizações femininas que mais se aproximaram a uma posição de “esquerda” não conseguiram extrapolar os marcos deste tipo de feminismo no Brasil. O papel tradicional da mulher na família foi sempre utilizado como uma bandeira de luta, jamais questionado, senão, justificado e reforçado pela validade momentânea de sua participação nestas lutas.

Apesar de que o nosso interesse principal neste estudo seja os grupos feministas mais vinculados a um pensamento marxista, acreditamos imprescindível, também, um estudo preliminar do chamado feminismo burguês. Aqui, tomaremos, especificamente, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, expoente máximo desta corrente no Brasil, principalmente, pela inegável importância da sua participação na luta pela emancipação feminina.

1 Uma Visão Histórica

O Brasil, como todos os países de economia dependente, está sujeito à importação de ideologias e ideias das sociedades avançadas. É dentro deste contexto que está a origem das ideias feministas no Brasil, ainda durante o Império, através de Nísia Floresta Augusta Brasileira – considerada a primeira feminista – que, depois de ter vivido 28 anos na Europa, regressa ao Brasil com toda uma carga de novas ideias.

Em 1842, Nísia publicou o livro “Conselhos à minha filha” e em 1856, “A mulher”. Traduziu para o português, em 1952, a obra de Mary Wollstonecraft, “*Vindication of the Rights of Women*”, famoso em toda a Europa neste momento. Nísia, assim como Mary Wollstonecraft, defendia a necessidade de educação para a mulher e, coerente com seus princípios, fundou e dirigiu vários colégios femininos.

Ainda no século passado, surgiram os primeiros jornais femininos no Brasil. Em 1852, o “Jornal de Senhoras”, em 1873, o “Sexo Feminino” e, em 1880, as revista “A Família”. Todos defendiam o direito à emancipação feminina, principalmente o direito à educação. Mas nenhum destes jornais soube aproveitar a grande agitação existente nos meios intelectuais para a abolição da escravidão e pela República como souberam aproveitar muito bem as mulheres norte-americanas ao denunciarem as condições de escravidão e opressão em que elas também viviam¹.

Saffioti justifica esta incapacidade da mulher brasileira a partir do seu baixo nível educacional, já que estavam impossibilitadas juridicamente de ter acesso às escolas secundárias e superiores. Isto as impedia de participar dos meios intelectuais envolvidos nesta luta².

*Este trabalho é o segundo capítulo da tese Avances y definiciones del movimiento feminista en Brasil, apresentada em março de 1981 para obtenção do grau de mestre em sociologia na Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México.

¹ FRIEDAN, Betty. *La mística de la feminilidad*. Barcelona: Sagitário, 1965, p. 102.

² SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 175.

Acreditamos que o baixo nível educacional não é o único fator que determina esta não participação feminina. Não podemos esquecer o isolamento em que viviam as mulheres brasileiras submetidas totalmente ao domínio patriarcal, impossibilitadas de qualquer participação social. Um outro fator muito importante ainda a ressaltar é que estes meios intelectuais envolvidos nestas lutas, se limitavam quase exclusivamente às sociedades secretas, tipo Maçonaria, nas quais estava vetada a participação feminina, não pelo seu baixo nível educacional – como afirmava Saffioti –, mas por ser mulher.

Já neste século, em 1901, se inicia, no Brasil, a campanha pelo direito ao voto das mulheres através do jornal “Voz Feminina”, fundado em Diamantina – Minas Gerais – em 1900, iniciando-se, assim, um período em que a atenção e as lutas das mulheres estavam voltadas para este problema, ainda que envolvendo somente as mulheres da burguesia e alguns setores médios da sociedade. As mulheres das classes trabalhadoras, por outro lado, participavam ativamente nos movimentos de reivindicações gerais da classe, nas lutas pela redução da jornada de trabalho, a partir de 1907, por aumento de salário e melhores condições de trabalho.

Em 1910, prosseguindo na luta pelo sufrágio feminino, Leolinda Daltro fundou o “Partido Republicano Feminino” que desenvolveu campanhas de pressão mais ou menos ao estilo das sufragistas inglesas, chegando a organizar uma passeata, em 1917, no Rio de Janeiro. Também neste ano, Ernestina Lésina publicou, em São Paulo, o jornal feminino “Anima Vita” e conclamava as mulheres à luta em defesa dos trabalhadores e pela regulamentação do trabalho feminino.

De 1917 a 1920, o Brasil passa por um período de completa agitação político-social iniciado com os protestos contra a guerra, em 1915, disseminados com as lutas operárias, que reivindicavam aumento de salários, diminuição de jornada de trabalho, melhores condições de trabalhos e contra a repressão, principalmente aos trabalhadores estrangeiros, que eram expulsos do Brasil em condições desumanas. Foi em São Paulo e no Rio de Janeiro, por suas características de concentração econômica e social, que a luta assumiu formas mais violentas.

Em São Paulo, pela primeira vez na história, a classe operária conseguiu realizar uma greve geral, em julho de 1917 na qual se manteve durante 8 dias, período em que os comitês de greve controlaram toda a cidade, forçando o governador a fugir para o interior do Estado. No Rio de Janeiro, a agitação assumiu proporções gigantescas com a tentativa de insurreição popular, em novembro de 1918. Durante todo este período, foi marcante a presença da mulher como elemento destacado da luta.

No estudo que faz do movimento operário deste período, Moniz Bandeira³ se refere, muitas vezes, à participação da “Liga Comunista Feminina”, no Rio de Janeiro, liderada por Maria de Lurdes Nogueira, de tendência anarquista como todo o movimento operário brasileiro neste momento. Em maio de 1919, a Liga lançou um manifesto de unidade com o núcleo do “Partido Comunista do Brasil”, fundado neste ano e também anarquista⁴. Ainda este ano, é lançado outro manifesto protestando contra a intervenção imperialista na Rússia.

Esta liga, coerente com os posicionamentos do anarquismo, não fazia nenhuma reivindicação específica para a mulher. Enquanto uma doutrina que luta pela libertação da humanidade, o anarquismo traz consigo, implicitamente, a luta pela liberação também da mulher. Ao combater as relações de dominação, estão combatendo, ao mesmo tempo, as relações sexistas das sociedades patriarcais. A existência de uma organização feminina no movimento anarquista se dava mais em função de uma tática do que de uma estratégia, isto é, uma organização feminina podia alcançar mais facilmente a imensa massa de mulheres e atraí-las para as filas do movimento.

Mas, em termos organizativos, somente com a fundação da “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”, – FBPF – é que o movimento feminista brasileiro ganhará um grande impulso.

³ MONIZ BANDEIRA. *Ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 122, 165, 167 e 219.

⁴ Não confundir com o Partido Comunista do Brasil, marxista-leninista, fundado em 1922, e, em 1924, aceito como membro da Terceira Internacional Comunista o qual, em 1961, passa a se chamar Partido Comunista Brasileiro.

1.1 O Movimento Feminista Burguês no Brasil

Ao regressar dos Estados Unidos, onde havia ido participar como representante brasileira na Conferência Pan-Americana de Baltimore e no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho, em 1919, Bertha Lutz funda a “Liga para a Emancipação Internacional da Mulher” que se transforma, em 1922, na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

A FBPF é uma organização de características burguesas com forte influência das sufragistas norte-americanas. Inclui em seu programa:

- “1) Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina;
- 2) Proteger as mães e a infância;
- 3) Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;
- 4) Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão.
- 5) Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público;
- 6) Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos;
- 7) Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da paz e da justiça no Hemisfério Ocidental”.⁵

Ainda em 1922, são criadas outras associações em mais de treze Estados, além da União Universitária Feminina, esta criada em 1929, a União Profissional, a União das Funcionárias Públicas e a Liga Eleitoral Independente.

A FBPF foi a principal responsável por toda a luta sufragista levada a cabo no Brasil, luta que se desenvolveu quase que exclusivamente a nível parlamentar. Apesar de toda a influência das sufragistas norte-americanas, a FBPF jamais adotou a tática do “terrorismo feminista” tão utilizado nos Estados Unidos e Inglaterra.

Em 1927, a FBPF conseguiu sua primeira vitória, graças à atuação de Juvenal Lamartine, Governador do Estado do Rio Grande do Norte. Através de sua intervenção, a Assembleia Legislativa deste Estado aprovou a resolução que concedia o direito de voto às mulheres. Já

⁵ ALBUQUERQUE, Maria Sabina de. *Atividades da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: posição passada e presente da mulher no Brasil*. In: HOMENAGEM AOS 80 ANOS DA DRA. BERTHA LUTZ. São Paulo, 1974.

nas eleições de abril do ano seguinte, foi eleita Alzira Soriano para a Prefeitura da cidade de Lages neste Estado. Esta resolução não foi aceita a nível federal, sendo rechaçada pelo Senado Nacional, inteiramente adverso a este tipo de inovação, na qualidade de legítimo representante da aristocracia agrária brasileira.

Como protesto, a FBPF lança o “Manifesto Feminista”⁶ onde defende os direitos da mulher e a igualdade entre os sexos. Neste documento, sente-se, muito bem, a influência do feminismo norte-americano, detectada quando comparamos este manifesto com a “Proclamação dos Direitos da Mulher”, conhecida como a “Declaração de Séneca Falls”, publicada em Nova York, em 1848, no início do movimento sufragista nos Estados Unidos.⁷

A luta pelo sufrágio feminino segue até 1932 quando esta reivindicação é concedida pelo novo governo implantado pela chamada “Revolução de 1930”. Esta concessão formava parte da nova estratégia de dominação implantada com a Revolução de 1930. Com

⁶ O Manifesto Feminista se constituía dos seguintes itens: “1) As mulheres, assim como os homens, nascem membros livres e independentes da espécie humana dotados de faculdades equivalentes e igualmente chamados a exercer, sem peias, os seus direitos e deveres individuais; 2) Os sexos são interdependentes e devem, um ao outro, a sua cooperação. A supressão dos direitos de um acarreta, inevitavelmente, prejuízos para o outro, e, conseqüentemente, para a Nação; 3) Em todos os países e tempos, as leis, preconceitos e costumes, tendentes a coarctar a mulher, a limitar a sua instrução, a entrar o desenvolvimento das aptidões naturais, a subordinar a sua individualidade ao juízo de uma personalidade alheia, foram baseados em teorias falsas, produzindo, na vida moderna, intenso desequilíbrio social; 4) A autonomia constitui o direito fundamental de todo indivíduo adulto; a recusa deste direito à mulher, uma injustiça social, legal e econômica que repercute desfavoravelmente na vida da coletividade, retardando o progresso geral; 5) As nações que obrigam ao pagamento de impostos e à obediência à lei os cidadãos do sexo feminino sem lhes conceder, como aos do sexo masculino, o direito de intervir na elaboração destas leis e votação desses impostos, exercem uma tirania incomparável com os governos baseados na Justiça; 6) Sendo o voto o único meio legítimo de defender aqueles direitos, a vida e a liberdade, proclamados inalienáveis pela Declaração da Independência das Democracias Americanas e hoje reconhecidas por todas as nações civilizadas da Terra, à mulher assiste o direito ao título de eleitor”. Revista Educação, Diretoria Geral de Instrução Pública e Sociedade de Educação de São Paulo, v. III, n. 2, maio 1928, p. 212, citado por Saffioti, 1976, p. 261-262.

⁷ FRIEDAN, 1965, p. 101.

este movimento, subiu ao poder Getúlio Vargas, representando a burguesia industrial na luta com a burguesia agrária, até então a única força controladora da economia e do aparelho estatal.

1.1.1 A política de Getúlio Vargas

Em 1930, a burguesia industrial, economicamente fortalecida pelo impulso de industrialização facilitado pela conjuntura da guerra mundial de 1914/18 e politicamente apoiada pelos movimentos militares da década de 1920, chega ao poder. Mas não é suficientemente forte para dominar o aparelho de Estado e colocá-lo sob seu controle. Inicialmente, a situação se “define” por um pacto de poder em que os interesses dos dois setores dominantes estavam resguardados. Este pacto, muito eficiente quando se tratava da manutenção da velha estrutura de denominação sobre os setores explorados e oprimidos da sociedade, deu mostras muito cedo da sua inviabilidade global, quando estavam em jogo os interesses de ambos os setores.

Este conflito esteve delimitado, desde os primeiros anos da década de 1930, por uma situação em que a burguesia agroexportadora busca conservar a mesma situação anterior de domínio econômico e político, onde o papel da indústria seria somente o de complementaridade necessária para seu modelo de reprodução. Por outro lado, a burguesia industrial tenta pôr a seu serviço o capital agrário através da conquista, a todo custo, da hegemonia dentro do aparelho estatal. Não dispondo de outros meios mais apropriados, a burguesia industrial busca o apoio popular para fortalecer seu projeto classista de substituição de importação até então subordinado aos interesses da burguesia agrária.

Esta “busca de apoio popular” estava consolidada sobre uma série de medidas de natureza social tomada por Vargas, a partir de 1930, que culminou com a criação, em 1932, do Ministério do Trabalho. Estas medidas, ainda que reivindicadas muitas delas, desde 1917, pelo movimento popular, tiveram inegavelmente um caráter populista. O governo de Vargas passou a ser amplamente apoiado pelas massas trabalhadoras.

É indiscutível que as concessões outorgadas às velhas reivindicações do movimento feminista burguês formam parte desta nova estratégia de dominação na qual as massas trabalhadoras e a mulher, em particular, tinham agora um novo papel.

Este governo buscou, assim, o apoio das classes trabalhadoras por meio de uma política de mobilização e controle repressivo exercido por leis corporativistas através do Ministério do Trabalho. Era uma situação em que havia que mobilizar as massas, mas controlá-las, ao mesmo tempo, para que a estrutura global de dominação não estivesse ameaçada. A situação da burguesia industrial veio a se fortalecer com o impulso dado à industrialização pela conjuntura internacional de luta interimperialista no Brasil – luta entre o capital americano e alemão – definida pela institucionalização do “Estado Novo”, em 1937.

1.1.2 A política da FBPF

Assim, é neste contexto que as mulheres “conseguem” o direito de voto, ao mesmo tempo em que é instituído o voto secreto ampliado a outras categorias sociais, garantido pela Constituição de 1934.

Em 1934, a FBPF realizou uma convenção em Salvador para a estruturação de uma plataforma de luta para a participação nas eleições deste ano. Nesta plataforma, destacava-se a luta pelos direitos civis da mulher e da esposa e pela extensão dos direitos sociais à mulher por salário igual para trabalho igual⁸. Bertha Lutz foi eleita deputada suplente para a Câmara Federal, como candidata da “Liga Eleitoral Independente” que era a seção feminina do “Partido Autonomista”.

Em 1936, Bertha assume seu mandato na Câmara com a renúncia de um deputado. Em 1937, apresenta à Câmara o projeto denominado “Estatuto da Mulher”. O estatuto estabelecia a licença especial de três meses no período do parto e no caso de aborto terapêutico ou acidental. Determinava que a trabalhadora receberia seus salários integrais, no caso de ser funcionária pública, e dois terços, se fosse trabalhadora em empresa privada.

O estatuto estabelecia, também, toda uma série de leis de proteção ao trabalho da mulher, que se mostrava desnecessária e, inclusive, prejudicial ao trabalho feminino, já que criava barreiras à incorporação das mulheres ao mercado de trabalho. Um exemplo disto, é o item 8 do Artigo 34 que estabelecia o “direito da

⁸ SINGER, Paul. *O feminino e o feminismo*. São Paulo. Mimeografado.

trabalhadora do comércio e da trabalhadora braçal de faltar dois dias por mês ao trabalho, sem descontos”⁹.

Apesar disto, o “Estatuto da Mulher” apresentava alguns pontos de real importância para a liberação da mulher, principalmente nos itens referentes à sociedade familiar e ao papel da mulher dentro dela. Algumas propostas deste Estatuto seriam adotadas quando da reformulação do Código Civil, em 1962. Outras jamais o seriam, em consequência da forte pressão exercida pelos setores mais reacionários da sociedade.

A FBPF, coerente com os princípios do movimento feminista burguês, jamais questionou o sistema vigente como responsável pela manutenção da opressão feminina. Para ela, o problema do capitalismo brasileiro estava no atraso e não nas relações de produção que prevaleciam, isto é, acreditava que à medida que o capitalismo avançava, através de novas leis, se iam criando as condições para a emancipação feminina.

A partir desta visão de que a mulher podia alcançar sua plena emancipação através de reformas jurídicas é que a FBPF centrará sua luta, quase que exclusivamente, a nível do Parlamento. Contando com a valiosa atuação parlamentar de Bertha Lutz, a FBPF lutou por toda uma série de leis de proteção à mulher.

Apesar de, muitas vezes, defender os interesses da burguesia em detrimento dos interesses femininos, não podemos negar a importância que teve a atuação parlamentar da FBPF na consolidação de toda uma legislação que, se não é igualitária, pelo menos, não é tão discriminatória como as anteriores, legislação que abriu espaços para a participação feminina em vários setores da sociedade.

Assim, a FBPF contribuiu, de maneira preponderante, na situação atual da mulher brasileira que, apesar de seguir sendo discriminada, já conseguiu alcançar um nível de participação muito importante, atuando ativamente em todos os setores da sociedade.

1.2 O feminismo de “Esquerda”

Os grupos femininos e feministas com posição mais à “esquerda”¹⁰ desenvolveram suas atividades

⁹ SAFFIOTI, 1976, p. 265-266.

¹⁰ O termo esquerda utilizado aqui será sempre empregado para denominar uma posição política que defenda, de maneira organizada ou não, uma perspectiva de mudança social posta

principalmente em função dos acontecimentos políticos conjunturais que, de alguma forma, alcançavam os interesses populares mais imediatos e, muito secundariamente – como veremos a seguir –, em favor dos direitos da mulher.

Estes grupos, apesar de, na maioria das vezes, não se autoproclamarem de esquerda, atuaram e desenvolveram suas lutas dentro de uma perspectiva que pode ser circunscrita a este campo. Em muitos deles se pode sentir, claramente, a influência política do Partido Comunista Brasileiro – PCB – a partir de determinadas bandeiras utilizadas e, até mesmo, pela forma como certas lutas foram desenvolvidas.

A filiação à Federação Democrática Internacional de Mulheres demonstra, claramente, o vínculo com as feministas socialistas europeias e a influência delas sobre os posicionamentos do feminismo brasileiro, por razões que passaremos a discutir.

A influência marcadamente conservadora das feministas socialistas sobre o feminismo de esquerda brasileiro se explica, em grande parte, pela completa debilidade política em que se encontravam, neste período, os grupos de mulheres no Brasil, uma debilidade que estava antes na origem desta vinculação do que nos ditames de uma política patriarcal e burocrática desenvolvida pelo PCB, política aceita e adotada por todos os Partidos Comunistas do mundo.

Assim, o feminismo de esquerda no Brasil não assumiu características próprias que o distinguisse do feminismo socialista mundial. Sua vinculação com os acontecimentos políticos e conjunturais que interessaram à política mundial stalinista foi determinante em sua atuação e, inclusive, em sua existência. Tal é o caso da “União Feminina”, como veremos.

Atendendo aos ditames da nova política de “frente popular” estabelecida pela Terceira Internacional, foi criada, em 1935, a “Aliança Nacional Libertadora” – a ANL¹¹, formada por setores progressistas e nacionalistas

pelas massas populares. O emprego deste termo não estará condicionado, portanto, à profundidade desta mudança e sim, à sua origem popular enquanto um posicionamento que contraste com os interesses da classe dominante.

¹¹ “A ANL surgiu assim sob o duplo signo de uma contraofensiva; contra o nascimento “Integralismo”, pela defesa das liberdades políticas ameaçadas e pela luta por um prolongamento dessas liberdades tendentes a um governo

da sociedade. Um destes setores era a União Feminina. Isto obedecia a uma situação de conjuntura internacional da União Soviética que via na criação de movimentos democráticos amplos a alternativa para combater o avanço do fascismo. Estes movimentos deveriam partir de uma aliança do proletariado (dirigidos pelo PCB) com outros setores democráticos da sociedade que estivessem contra o fascismo, independente do problema da contradição de classe ou de nacionalidade.

Por ser julgada, a cada momento, como uma ameaça à manutenção do regime, a ANL foi posta na ilegalidade ainda em 1935. Com ela também o foi a União Feminina, que teve todas as suas dirigentes presas, mesmo antes de terem conseguido mobilizar um grande número de mulheres.

Com a Segunda Guerra Mundial, surgiram, em todo o país, os comitês de bairros, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, constituídos por mulheres de classe média e proletárias. Sua finalidade, além da luta contra o aumento do custo de vida, o mercado negro e o nazifacismo, era, também, a de obter roupas de lã para presentear os soldados brasileiros que partiam para a frente de batalha na Itália. Neste período, sobressaiu-se o departamento feminino da “Liga de Defesa Nacional”.

Também neste momento, surgiu, no país, ao lado dos comitês de bairros, o movimento pela anistia aos presos políticos que haviam participado da “Intentona Comunista”¹², em 1935. Este movimento foi liderado pelo “Comitê das Mulheres pela Anistia”, vinculado à política do PCB e respondendo a ele. Com a vitória da anistia, em 1945, este comitê é transformado no “Comitê de Mulheres pela Democracia”; seu objetivo: lutar pelos direitos da mulher e pela soberania nacional.

popular [...] A ANL era pois, antes que nada, um organismo amplo de massas populares, de todas as classes sociais, principalmente do proletariado e das classes médias, destinado a uni-las em torno de objetivos comuns, já que o PCB não tinha condições, nem um programa para atrair estas camadas”. BASBAUM, Leoncio. História sincera da República. São Paulo, Alfa-Omega, ano?, v. III, p. 70-71.

¹² A Intentona Comunista foi uma tentativa insurrecional, em novembro de 1935, realizada pelo PCB e abortada em 24 horas pelo governo de Getúlio Vargas. “Liquidando-se, assim, um movimento que pretendia ser popular, contar com as ‘grandes massas’, ter envergadura nacional. Por parte do proletariado não houve nem uma greve de apoio. No campo, com o qual nem havia ligações, o movimento passou despercebido”. BASBAUM, Leoncio, ano?, p. 80.

No fim da guerra, as mulheres conscientes de que deveriam seguir lutando¹³ fundaram as “União Femininas”, “organizações caracterizadas pelo combate à carestia, das aspirações peculiares de cada bairro do D.F. Organizações sem cor política ou religiosa que, desde cedo, se tornam mensageiras das vidas dos lares das mulheres...”¹⁴. Estas organizações se ramificaram em 43 bairros da cidade do Rio de Janeiro – nesta época, Distrito Federal –, muitas delas congregando até mais de mil mulheres.

Em 1946, foi criado o “Instituto Feminino do Serviço Construtivo” que, sob a direção de Alice Tibiriçá, se propunha a lutar contra o aumento do custo de vida, a falta de transporte e a crise habitacional. Estava vinculado ao “Comitê de Mulheres pela Democracia”.

No ano seguinte, Alice Tibiriçá foi eleita pelas “União Femininas” para representar as mulheres brasileiras no Conselho da Federação Democrática Internacional de Mulheres reunido em Praga. Ao regressar ao Brasil, realizou uma série de conferências em vários estados divulgando as resoluções deste conselho: lutar contra uma possível Terceira Guerra Mundial – possibilidade muito concreta neste período quando a “Guerra Fria” dava seus primeiros passos – e contra o fascismo e a reação.

Em 1947, as organizações femininas – inclusive a FBPF – organizaram uma mesa redonda com a participação de mulheres de diversos bairros da cidade “unindo-se, pela primeira vez, elementos de todas as camadas sociais, de todas as profissões, crenças e opiniões”¹⁵. Nesta mesa redonda se analisou a situação da família, o abandono da criança, a fome, o problema habitacional e a ameaça de nova guerra. Além da necessidade da igualdade social entre os sexos se reiterou a necessidade da criação de uma entidade centralizadora a nível nacional.

¹³ “Esse trabalho deu, à mulher, uma consciência mais profunda e real de seu valor. Essas mulheres que tanto e tanto trabalharam durante a guerra, sentiram, logo que ela terminou, que deviam continuar lutando contra tudo aquilo que tentasse obstruir a alegria e felicidade de seus lares. Haviam conquistado o direito do voto. Era preciso então defender suas prerrogativas constitucionais. Era preciso combater o câmbio negro, a carestia. Era preciso exigir creches, hospitais, escolas”. MOVIMENTO FEMININO NO D. F. Síntese do Movimento Feminino no Distrito Federal. Rio de Janeiro, 1949, p. 4.

¹⁴ Id. *ibid.*, p. 5.

¹⁵ Id. *ibid.*, p. 6.

Mas, somente em 1949, com a participação de delegadas de vários Estados brasileiros, foi fundada a “Federação de Mulheres do Brasil”, que foi muito ativa na luta por seus objetivos específicos, organizando assembleias nacionais, congressos e uma conferência Latinoamericana de Mulheres que contou com a participação de delegadas de quase todos os países da América Latina.

A Federação de Mulheres do Brasil trabalhou nos bairros populares, nos departamentos femininos dos sindicatos e criou filiais em todo o país. Participou ativamente nas lutas em defesa das riquezas nacionais; pela nacionalização do petróleo; pela paz mundial; pela democracia, pela anistia e pela soberania nacional. No mesmo ano de sua fundação, tornou-se membro da Federação Democrática Internacional de Mulheres e, de 1950 a 1960, da revista “Momento Feminino”.

Em março de 1949, foi realizada, no Rio de Janeiro, a “Primeira Convenção Feminina do Distrito Federal” que tinha como finalidade:

[...] reunir pessoas e organizações cujas atividades estejam direta e indiretamente ligadas ao trabalho feminino, proporcionando um amplo estudo e debate de toda as questões de interesse da mulher em seus diferentes aspectos¹⁶.

Na sua convocação, há um forte apelo ao sagrado papel da mulher: assegurar o futuro da humanidade através da maternidade e dos direitos que deveria ter em função disto¹⁷. As duas resoluções, aprovadas pelas 47 entidades presentes à convenção, foram de crucial importância para o movimento feminista do Rio de Janeiro:

¹⁶ MOVIMENTO FEMININO NO D. F. *Síntese do Movimento Feminino no Distrito Federal*. Rio de Janeiro, 1949, p. 11.

¹⁷ “Parte integrante da vida de uma nação – pois o número de mulheres, em quase todos os países, é superior aos dos homens –, trabalhando e produzindo com eles na mesma escala, a mulher de hoje emprega suas atividades em todos os setores da vida nacional, cabendo-lhe, entretanto, uma missão que lhe é peculiar e que, por si só, bastaria para colocá-la numa situação excepcional, no sentido de lhe permitir ter papel preponderante na escolha dos destinos do mundo: é ela, a mulher, quem assegura o futuro da humanidade, transmitindo a vida a outros seres, muitas vezes com o sacrifício de sua própria existência”. MOVIMENTO FEMININO NO D. F. *Proclamação da Comissão Organizadora da Convenção Feminina do Distrito Federal*, 1949, p. 8-9.

1) “Criação de uma entidade feminina do Distrito Federal que congregue as já existentes, sem perda de autonomia das mesmas, constituindo-se em organismo centralizador e dirigente do movimento feminino no Distrito Federal.

2) Promover um Congresso Nacional de Mulheres pela Paz, em defesa de seus direitos, de proteção à infância e contra o alto custo de vida”¹⁸.

Imediatamente depois da convenção – pondo em prática as resoluções – foi criada a “Associação Feminina do Distrito Federal”, que congregava as organizações femininas dos bairros do Rio de Janeiro, que: desenvolveu trabalhos ligados às reivindicações específicas destes bairros; lutou também contra o aumento dos preços, pelos direitos da mulher e pela defesa e proteção da infância. Como membro da FMB, participou em várias campanhas de caráter nacional, como foi o caso da luta em defesa do monopólio estatal do petróleo.

No início de seu governo, Juscelino Kubitschek proibiu juridicamente o funcionamento de grande número de associações femininas. Segundo Safiotti, Juscelino é obrigado “por pressão de grupos empresariais, de senhoras pertencentes às camadas privilegiadas”¹⁹, dando-nos, assim, a ideia de que esta foi uma medida contra as mulheres e a esquerda.

Mas Basbaum explica tal atitude presidencial a partir da suposição de que as associações populares foram utilizadas como “bode expiatório”, pois a situação real era o fechamento do “Club da Lanterna”, uma organização de extrema-direita²⁰.

Se supomos que tal justificativa dada por Basbaum é correta, podemos constatar que, sempre que é necessário, as mulheres são utilizadas e prejudicadas nos seus interesses para satisfazer determinados objetivos das classes dominantes.

Mas, o feminismo não tardou em recuperar-se e, já em abril de 1960, em ato público na Associação Brasileira

¹⁸ MOVIMENTO FEMININO NO D. F. *Resoluções Fundamentais*, 1949, p. 46.

¹⁹ SAFFIOTTI, 1976, p. 278.

²⁰ “[...] este ato foi praticado somente para que se pudesse fechar tranquilamente o Club da Lanterna. Era como se, ao mesmo tempo, tivesse que combater a esquerda e a direita. Mas neste caso, o objetivo, o inimigo era o Club da Lanterna, agrupamento fascista de aventureiros [...]”. BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*: de Jânio Quadros a Costa e Silva (1961-1967). São Paulo: Fulgor, 1968, v. III, p. 222.

de Imprensa, foi criada a “Liga Feminina do Estado Guanabara” com os mesmos objetivos das organizações anteriores. Esta teve participação em todo o processo social, principalmente no trabalho junto aos bairros operários, na luta contra a carestia, conseguindo, inclusive, organizar todo um movimento de protesto, a nível nacional. Foi obrigada a fechar suas portas, por ocasião do golpe militar de 1964, com as perseguições sofridas por suas dirigentes.

A partir do golpe de 1964, juntamente com todos os setores populares da sociedade brasileira, os grupos de mulheres são forçosamente desmobilizados e desarticulados. Suas militantes são perseguidas e muitas são presas, chegando ao final do que poderíamos chamar de primeiro período do movimento feminista no Brasil.

Conclusões

Como acabamos de ver, o movimento feminista ligado a um pensamento de esquerda desenvolvido no Brasil neste período aqui considerado assume características e formas de manifestações que refletem uma concepção determinada de “feminismo” e mesmo uma visão do papel da mulher na sociedade brasileira.

Para entender a origem desta concepção e a base social que a sustenta, é necessário que aqui nos refiramos ao nível da luta de classe neste momento, de como ela se expressava na forma de lutas sociais e o seu grau de consciência.

Desta forma, o movimento feminista neste período não podia ter uma perspectiva mais coerente com reivindicações próprias de um setor social, quando, inclusive, o movimento operário se prendia, praticamente, à luta econômica. Politicamente, as massas trabalhadoras não conseguiam ultrapassar um nacionalismo aclassista, bandeira da pequena burguesia e aproveitada pela burguesia industrial atrasada que não tinha conseguido atrelar-se ao carro do imperialismo. Sendo assim, a forma de participação da mulher nas lutas políticas no Brasil foi um reflexo deste próprio nível em que se estava dando, neste momento, a luta de classe na sociedade.

Este baixo nível, apesar disso, não estava dado pelo tipo de reivindicação em si, então levada à prática pelo conjunto dos setores oprimidos, mas, sim, pela forma de condução que ela tinha em todos os níveis. As

reivindicações econômicas não conseguiam ultrapassar seu sentido imediatista e localizado em uma determinada necessidade do grupo que as fazia. Já o nacionalismo era algo genérico pelo qual se deveria lutar, mas que não se traduzia em nenhuma realidade da vida cotidiana do trabalhador à qual era necessário dar uma solução a qualquer custo.

Esta situação um tanto indefinida quanto ao caráter das lutas sociais, refletindo a capacidade de mediação ainda possível das classes dominantes na relação capital/trabalho, faz com que seja determinante, por muito tempo ainda, este nível de relativa desorganização e pouca consistência política da luta social para trazer uma alternativa revolucionária para toda a sociedade.

Por outro lado, a luta feminista, como a de qualquer outro setor social que tem problemas específicos para serem reivindicados dentro da luta maior dos setores oprimidos da sociedade, estava presa a limites ainda bastantes fortes neste momento. Estes limites estavam determinados por uma razão bastante evidente: o movimento feminista – apesar da amplitude social que possam ter suas lutas – não poderia levar adiante uma proposta revolucionária, quando o conjunto das massas trabalhadoras onde teriam que atuar não a havia ainda formulado. Tinha, ao contrário, que, pela mesma evidência anterior, atuar dentro dos limites do movimento geral, inclusive mesmo por ser parte inseparável dele.

Conforme já vimos, este movimento geral estava preso dentro dos limites estritos das reivindicações econômicas e políticas cujas exigências não demandavam transformações muito profundas na sociedade. Isto faz com que sua vanguarda, representada, no momento, principalmente pelo PCB, tão pouco estivesse em condições de fazê-lo. Por isso, o espaço político ocupado pelo movimento feminista não ultrapassava os limites ideológicos e políticos da sociedade classista. E isto era muito mais evidente ainda quando se tratava de sua base social, a família.

As reivindicações feministas estavam determinadas, portanto, pela reprodução e consolidação da estrutura familiar, marco que definia sua atuação política dentro da sociedade. É muito significativo que, em toda a história das lutas feministas deste período, não tenhamos encontrado nenhuma demanda que extrapolasse o tradicional papel da mulher na família.

Tendo em conta todo este contexto político e social, era natural que a mulher fosse vista como um apêndice da família, papel em nenhum momento questionado, ideologia refletida, também, nos grupos de mulheres tanto burgueses quanto de esquerda. Neste sentido, a própria mulher reforçava a ideologia de sua opressão, na medida em que sua militância política estava restringida dentro de seu papel tradicional.

O papel da mulher era sempre o da mãe, esposa, noiva. Jamais vista como um ser oprimido que tem problemas e reivindicações que lhe são próprias. O papel tradicional da mulher na família é utilizado para justificar ou argumentar sua atuação social ou, mesmo, suas reivindicações. Assim, no feminismo deste período, a mulher atua como uma bandeira de luta da família, como um representante dela e não como uma força revolucionária, modificadora. Desse modo, o conceito de feminismo manejado por estes grupos se limitava à simples atuação feminina. As mulheres enquanto grupos organizados lutavam por reivindicações populares na sociedade: melhorar as condições de vida de seus maridos e filhos era a preocupação principal neste momento.

Este tipo de movimento de mulheres, em lugar de criticar e combater a estrutura familiar como um dos principais instrumentos da opressão feminina, atua reforçando e consolidando a família e, dentro dela, o papel conservador que tem a mulher.

Daí vem a incapacidade do movimento feminista brasileiro, neste momento, de conciliar as lutas especificamente femininas com as da sociedade em geral. Conciliação possível somente a partir do aprofundamento destas lutas a nível político e social, pois é a partir deste aprofundamento que a mulher se dá conta da dimensão que tem cada um destes problemas na sua vida como mulher e como ser social. Como mulher, verá que muitos de seus problemas não pertencem ao resto da sociedade e, como ser social, verá seu destino ligado ao do conjunto desta mesma sociedade. Por isto, esta consciência nunca estará isolada do todo social.

Influenciados pelas concepções das feministas socialistas – que não reconheciam a existência de problemas femininos específicos –, os grupos brasileiros vinculados a esta corrente apagaram, quase que totalmente, de suas lutas, bandeiras próprias da mulher e

se lançaram exclusivamente nas lutas gerais da sociedade.

Apesar da abnegação com que muitos destes grupos se lançaram nesta tarefa, o fato é que não conseguiriam avançar muito, no que toca a uma organização mais consistente e duradoura do movimento de mulheres. Terminada a questão pela qual um grupo era criado, em geral, a tendência era o grupo desaparecer²¹. Um desaparecimento que resultava, portanto, do fato de que à base social feminina não era dado pensar democraticamente sua problemática como mulher e como ser social.

Com isto queremos dizer que, apesar das circunstâncias históricas dentro das quais temos que pensar o movimento social da época e, dentro dele, o movimento feminista, um peso especial temos que dar à sua chamada vanguarda porque a ela cabia o papel imprescindível de empurrá-lo para diante.

Este impulso, por mais pequeno que fosse, só seria possível se a vanguarda fosse capaz de pensá-lo a partir de problemas reais, desde a base, sem uma intervenção apriorística. Uma intervenção somente no sentido de pensar e organizar o que está disperso, mas profundamente vivido por esta base. Uma situação perfeitamente normal dentro da riqueza complexa e intercomplementária da experiência social e das características individuais da vida humana.

Mas isso tudo será impensável se entram em jogo diferentes interesses, a manutenção de privilégios acima dos interesses coletivos, enfim, a reprodução ideológica dos valores classistas, como valor primordial desta “vanguarda”.

Os grupos políticos, neste momento, estavam à frente das massas em geral e do movimento de mulheres em particular com proposições aprioristicamente defendidas, sem que elas fossem o resultado das necessidades e aspirações democráticas e coletivamente organizadas das bases; estavam, de fato, reproduzindo seus interesses enquanto grupos e não os de suas bases.

Não é surpreendente, portanto, que estes grupos de mulheres enquanto organizações que contemplavam, às vezes, uma ampla base social não lograssem uma organização mais forte e duradoura. Pelo contrário,

²¹ Um exemplo concreto foi a “União Feminina” da ANL.

tendiam “irremediavelmente” a um esvaziamento paulatino e incontrollável, simplesmente porque esta base não se via aí representada, porque não havia participação da definição destas reivindicações ao longo de uma experiência de vida política democrática. Elas estavam definidas de “cima para baixo”. O fato de que as exigências contempladas nos seus diversos grupos estavam, em geral, ligadas ao problema social e não aos problemas específicos das mulheres é um forte indício de que estas decisões provinham da cúpula. Seriam diferentes se houvessem sido decididos de outra forma, já que tanto o social quanto o específico formam parte da vida cotidiana da mulher.

Nem o PCB – a organização de esquerda mais importante na época – consegue extrapolar esta ideologia. Apesar de concordar teoricamente com todos os posicionamentos marxistas sobre a necessidade da emancipação feminina e de, inclusive, proclamar a importância da sua participação política e a necessidade de uma atuação mais consequente do partido junto às mulheres²², o PCB via a mulher, principalmente, como dona casa e mãe. Algo muito natural para um partido que propunha o socialismo para as massas, mas na forma como o Partido o entendia e sob métodos nada democráticos, como se pode ver a partir do posicionamento que faz para as mulheres “como um elemento decisivo na luta pela democracia”.

Outro exemplo disto é a tese apresentada pelo Comitê Central para o IV Congresso, que se realizaria em 1947²³, sobre o trabalho do partido entre as mulheres, em que se defendia a necessidade de criar mecanismos

²² “É necessário insistir sobre a debilidade do movimento de massa no país; é um fato já muitas vezes constatado por nós, que por diversos motivos não mereceu, até agora, maior atenção de nossa parte. É chegado o momento, sem dúvida, de atuar, de centralizar realmente nossos esforços a fim de superar o atraso em que nos encontramos neste terreno. Na luta pela democracia, ainda tão ameaçado em nossa terra, esta mulher naturalmente incluída na primeira linha, como a maior interessada, duplamente vítima da reação, do fascismo e da guerra. Em nossa sociedade semifeudal a luta da mulher por sua emancipação é uma força espontânea das mais poderosas, que só necessita ser unificada e dirigida, para transformá-la em um elemento decisivo na luta pela democracia e pelo progresso do Brasil”. COMITÊ CENTRAL DO PCB. Acelerar a organização de um Movimento Feminino de Massas: teses para o IV Congresso, ano?, p. 105.

²³ Este congresso se realizou em 1954, já que o Partido entrou na ilegalidade em 1947 e foi completamente desbaratado pela repressão.

dentro do partido que favorecessem e facilitassem a participação feminina sem “prejudicar suas tarefas domésticas”²⁴. Fazia parte da política do PCB a manutenção do papel tradicional da mulher de forma que antigas formas de dominação estariam garantidas na “nova estrutura”, neste momento representada pelo Partido. Estariam garantidas as antigas relações de classe no que haveria de ser o “socialismo burocrático”.

A incapacidade do PCB de romper com esta ideologia era o sintoma de toda uma política burocrática, autoritária e classista que reproduzia os mesmos valores das sociedades capitalistas que dizia combater. A inexistência de uma perspectiva além do socialismo burocrático impedia ao PCB o desenvolvimento de uma política mais consequente não só entre as mulheres, mas, também, entre a própria classe operária.

Posteriormente, o próprio PCB reconhecera o erro de suas concepções em relação à problemática feminina, ao declarar que:

[...] o machismo, o paternalismo, o patriarcalismo milenar se refletiram em nossa concepção sobre o papel da mulher na sociedade, o que levou à subestimação de suas potencialidades políticas e à aceitação da velha divisão do trabalho por sexo também dentro do partido.²⁵

Apesar do reconhecimento pelo PCB de haver mantido dentro do partido “a velha divisão do trabalho por sexo” resta saber até onde este “reconhecimento”, de fato, significou uma mudança tática do partido no trabalho político aqui discutido.

²⁴ “É indispensável fazer, em cada organismo do partido, um apurado estudo das condições em que vive a mulher, dos obstáculos que representam suas pesadíssimas tarefas domésticas para a possibilidade de qualquer atividade nas filas de nosso partido, de maneira a reduzir ao mínimo possível as exigências estatutárias para que a mulher possa ser militante comunista, possa progredir politicamente como ativista de nosso partido sem prejudicar suas tarefas domésticas. Outro assunto a estudar é a vantagem ou não, da necessidade ou não, de permitir em nosso Partido a existência de células femininas, isto é, exclusivamente de mulheres. Estas células tanto podem surgir através de organismos de massas femininos, como servir de ponto de partida, como força motriz inicial para a organização feminina de massas”. COMITÊ CENTRAL DO PCB, op. cit., p. 106.

²⁵ PCB. A condição da mulher e a luta por transformá-la; Visão e Política do PCB. Voz Operária, n. 159 (supl.), maio 1979, p. 4.